

Ino Augsberg

DIREITO ADMINISTRATIVO INFORMACIONAL

para uma dimensão cognitiva do controle jurídico
das decisões administrativas

Tradução de Luiz Felipe Osório

SÃO PAULO

2023



Copyright © EDITORA CONTRACORRENTE

Alameda Itu, 852 | 1º andar |

CEP 01421 002

www.loja-editoracontracorrente.com.br

contato@editoracontracorrente.com.br

EDITORES

Camila Almeida Janela Valim

Gustavo Marinho de Carvalho

Rafael Valim

Walfrido Warde

Silvio Almeida

EQUIPE EDITORIAL

COORDENAÇÃO DE PROJETO: Juliana Daglio

REVISÃO E PREPARAÇÃO DE TEXTO: Douglas Magalhães

REVISÃO TÉCNICA: Amanda Dorth

DIAGRAMAÇÃO: Gisely Fernandes

CAPA: Maikon Nery

EQUIPE DE APOIO

Fabiana Celli

Carla Vasconcelos

Regina Gomes

Nathalia Oliveira

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Augsberg, Ino

Direito administrativo informacional : para uma dimensão cognitiva do controle jurídico das decisões administrativas / Ino Augsberg ; [tradução Luiz Felipe Brandão Osório]. -- São Paulo : Editora Contracorrente, 2023.

Título original: Informationsverwaltungsrecht
Bibliografia.

ISBN 978-65-5396-141-8

1. Direito administrativo 2. Informação -
Administração 3. Gestão do conhecimento I. Título.

23-172178

CDU-35

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito administrativo 35

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	9
APRESENTAÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – DIREITO ADMINISTRATIVO INFORMACIONAL COMO A GESTÃO DO CONHECIMENTO PELO DIREITO ADMINISTRATIVO	15
1.1 Abordagens indutivas e dedutivas sobre o tema.....	15
1.2 Fundamentos sociológicos do conhecimento.....	25
1.3 Consequências metodológicas.....	32
1.4 Desafios teóricos e dogmáticos.....	43
1.5 Internacionalização e supranacionalização do Direito como motivo adicional.....	53
1.6 Definições de conceitos.....	61
1.7 O Direito Administrativo Informacional como um Direito reflexivo.....	71
1.8 O tratamento da incerteza como um desafio permanente.....	76
1.9 O estágio da pesquisa.....	79
CAPÍTULO II – PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: MECANISMOS JURÍDICOS DE CONTROLE DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE CONHECIMENTO	83

2.1 A geração de conhecimento como direito e dever da Administração	83
2.2 Produção de conhecimento como geração interna de conhecimento	91
2.3 Requisitos do Direito Material	98
2.4 Produção de conhecimento no e pelo processo	104
2.5 Requisitos jurídicos da organização	131
2.6 A interação das dimensões jurídicas	141

CAPÍTULO III – TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO: DISPOSIÇÕES JURÍDICAS SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÕES E DA ATRIBUIÇÃO DE CONHECIMENTO

3.1 Transferência de informações como parte da geração de conhecimento	147
3.2 Disposições jurídicas materiais sobre exigência e admissibilidade da transferência de informações	158
3.3 Configurações processuais	176
3.4 Especificidades jurídicas da organização	181
3.5 Relações de informação intra-agências públicas	190
3.6 Atribuição de conhecimento como compensação pela transferência insuficiente de conhecimento	198

CAPÍTULO IV – TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO: MEDIDAS JURÍDICAS PARA UM TRATAMENTO REGULAMENTADO DE ESPECIALISTAS EXTERNOS À ADMINISTRAÇÃO

4.1 O duplo caráter do especialista externo à Administração	209
4.2 Deveres expressos de cooperação com especialistas científicos e com pessoas especializadas	222
4.3 Requisitos processuais para lidar com especialistas externos	226

4.4 Medidas organizacionais.....	241
4.5 A interação das dimensões.....	252
4.6 A cooperação de informação entre Administração e cidadãos.....	256
4.7 A exigência de pareceres de especialistas privados.....	274

CAPÍTULO V – ARMAZENAMENTO DO CONHECIMENTO: ATAS, REGISTROS E ARQUIVOS NA ERA DA DIGITALIZAÇÃO..... 279

5.1 A memória da Administração como parte da gestão do conhecimento administrativo.....	279
5.2 Meios de memória.....	289
5.3 O Direito Arquivístico [<i>Das Gesetz des Archivs</i>].....	294
5.4 O Direito Arquivístico e Registral [<i>Archiv- und Registergesetze</i>].....	297
5.5 Do armazenamento à transmissão: a revolução digital.....	310
5.6 Técnicas de classificação, de seleção e de esquecimento: a necessidade de mecanismos de buscas “inteligentes”.....	320
5.7 Regras e rotinas como repositório de conhecimento.....	333

CAPÍTULO VI – DISTRIBUIÇÃO DE CONHECIMENTO: SOBRE A REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DAS RELAÇÕES DE INFORMAÇÃO PERANTE E ENTRE PARTICULARES..... 343

6.1 Liberdade de informação como paradigma do Direito Administrativo Informacional?.....	343
6.2 Informação direta dos cidadãos pela Administração Pública como parte do Direito Administrativo Informacional.....	350
6.3 Transferência de conhecimento entre particulares como tarefa administrativa.....	371

6.4 Limites da distribuição do conhecimento organizada pelo Estado.....	378
6.5 Responsabilidade estatal pela infraestrutura de comunicação da sociedade	388
CAPÍTULO VII – A ADMINISTRAÇÃO DA INCERTEZA: ESTRATÉGIAS PARA LIDAR COM A FALTA DE CONHECIMENTO PERMANENTE.....	409
7.1 Incerteza como certeza.....	409
7.2 Estratégias de compensação.....	421
7.3 Operacionalização da incerteza: os derivativos da ignorância no Direito.....	445
7.4 A ignorância como requisito jurídico.....	464
7.5 Consequências para uma gestão administrativa moderna do desconhecimento.....	468
7.6 Riscos do Direito.....	476
CAPÍTULO VIII – A TRANSFORMAÇÃO DO CONHECIMENTO: METARREGRAS DO TRABALHO INTER E TRANSDISCIPLINAR NO SISTEMA JURÍDICO.....	485
8.1 A diferença epistemológica das formas de conhecimento como fundamento da necessidade de uma transformação do conhecimento.....	485
8.2 A realidade como uma construção operacional.....	494
8.3 Comunicação “intersistêmica”?.....	501
8.4 Metarregras jurídicas comuns como elementos de transformação do conhecimento extrajurídico.....	508
8.5 Conhecimento e metodologia jurídica.....	517
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	523